

**COLÓQUIO INTERNACIONAL SOBRE AS RELAÇÕES DE COOPERAÇÃO  
ENTRE CABO VERDE, PORTUGAL E A EUROPA, EM MATÉRIA DE  
SEGURANÇA**

TEMA:

**MANUTENÇÃO DA ORDEM PÚBLICA, UM PILAR ESSENCIAL  
PARA O DESENVOLVIMENTO E PROGRESSO DA NAÇÃO**

CONFERENCISTA:

**SUPERINTENDENTE FRANCISCO ASCENÇÃO SANTOS**

A cada segundo que passa a marcha do progresso e a evolução da sociedade não pára. De dia para dia, os problemas que se levantam e que exigem uma rápida mas equilibrada solução, são cada vez mais e mais elaborados.

A resposta das instituições não pode ser lenta ou desadequada, nem tão pouco, os custos de tais acções serem superiores aos ganhos na resolução do problema. Por isso se fala tanto nos nossos dias de que não se pode reagir mas sim agir, de forma racional e assertiva, evitando o mais possível os efeitos ditos colaterais.

As sociedades em geral e cada Estado em particular, necessitam de estabilidade. Da estabilidade de todos os quadrantes da vida de um Estado nasce sem qualquer dúvida o progresso. A essa estabilidade, chamamos de ordem pública.

O conceito de ordem pública, não sendo difuso, é porem algo de difícil definição, pois, este pode eventualmente variar de pais para pais, de cultura para cultura. No entanto, e tentando ser o mais universalista possível e pegando no conceito do Catedrático Francês da Escola Superior de Policia Francesa, o Sr; Jean Mara Berlioz, “A ordem pública é o ponto de equilíbrio entre a desordem suportável e a ordem indispensável”.

Porem, o elo da estabilidade que liga estes dois vectores é legitimamente reconhecido como sendo muito fraco, e por isso, “*o verniz pode estalar*” de uma forma surpreendentemente rápida e lancinante. Quando tal acontece, temos um problema de ordem pública.

O mesmo Estado que deve em períodos ditos normais manter a ordem pública, tem de responder o mais rápido e da melhor forma possível para restabelecer a ordem.

Para tal, cada governo, de cada Estado, tem de ter sob o seu comando, meios e mecanismos que o possibilitem de restaurar a ordem interrompida. Os meios, podemos considerar como sendo as forças de segurança, preparadas segundo uma escala de recursos para o efeito, e os mecanismos, como sendo os

instrumentos legais, que, em situações de anormalidade regulem a forma de estabelecer a ordem.

Este é um outro ponto sensível da abordagem do nosso tema, a quase que *“insustentável leveza”* da relação entre o uso da força e o mais estrito respeito pelos direitos, liberdades e garantias de todos os cidadãos.

Para que da resolução de um conflito não nasça outro ainda mais grave, as forças de segurança, como será objecto de análise, possuem uma série de directrizes teóricas que devem cumprir. Assim, antes de agir, avaliar a situação, e acto continuo agir de forma proporcional.

No entanto, tal como qualquer moeda também os problemas de ordem pública tem duas faces. Como tal, compete a todos os intervenientes perceber quais as causas que estão por detrás dos problemas e agitações. Em qualquer circunstancia da vida, conhecer o nosso opositor é sinónimo de se poder responder melhor e da forma mais adequada e equilibrada possível.

Os estudiosos e conhecedores do assunto, apontam como as causas mais prováveis para a quebra da harmonia social, situações que tem por fundo motivações sociais, culturais, políticas, entre outras.

Para que tais desmandos, mais ou menos compreensíveis socialmente, não perdurem no tempo, pois os seus custos a médio e longo prazo poderão ser graves assim como as suas consequências, há que equaciona-los rapidamente e encontrar resposta adequada, pois como é sabido, ninguém aposta numa estratégia de investimento, seja ele qual for, onde falta a ordem e ou caos se instalou. Há que coordenar da forma mais profissional possível, todos os intervenientes na reposição da ordem. Os governos dos Estados não podem nem devem temer recorrer aos vários meios e mecanismos legais existentes para sanarem os focos negativos que possam existir. Todo e qualquer Estado Democrático deve interiorizar que o uso da força, de forma legítima, equilibrada e legal, apenas pode e deve servir para reforçar esse mesmo Estado e essa mesma democracia, logo o progresso.